



**MUNICÍPIO DE  
TERRAS DE BOURO**

**QUADRIÉNIO 2013/2017**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**2014/02/28**

## **Ata da Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2014**

----- Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano dois mil e catorze, pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos, no Auditório Professor Emídio Ribeiro, na Vila do Gerês, realizou-se a primeira Assembleia Municipal de Terras de Bouro do ano de dois mil e catorze que reuniu em sessão ordinária com a seguinte Ordem de Trabalhos: ----

----- **Ponto um: Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea e) do número um, do artigo cinquenta e três, do decreto-lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de setembro;** -----

----- **Ponto dois: Análise e votação de Projeto de Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho não sedentária exercida por feirantes e vendedores ambulantes, bem como do regime aplicável às feiras e aos recintos onde as mesmas se realizam na área do Município de Terras de Bouro;** -----

----- **Ponto três: Análise e votação do Projeto de Regulamento do Conselho Municipal da Juventude;** -----

----- **Ponto quatro: Análise e votação de subscrição de compromisso ambiental – Pacto de Autarcas;** -----

----- **Ponto cinco: Análise e votação da nomeação do Revisor Oficial de Contas;** --

----- **Ponto seis: Análise e votação de ratificação da decisão do Executivo Municipal no âmbito da Proteção Civil (transferência para as Juntas de Freguesia);** -----

----- **Ponto sete: Análise e votação de Proposta de Acordos de Execução de Delegação de Transferências para as Juntas de Freguesia;** -----

----- **Ponto oito: Análise e votação de Proposta de Formas de Apoio às Juntas de Freguesia;** -----

----- **Ponto nove: Análise e votação de Proposta de Regularização Extraordinária de Dívidas ao Município de Terras de Bouro.** -----

----- Assumiu a Presidência da Mesa o Presidente da Assembleia Municipal, o senhor Guilherme Coelho Alves, o lugar de Primeiro Secretário, o senhor Vítor Fernandes e o lugar de Segundo Secretário foi ocupado pela senhora Marinha Esteves. -----

----- Estiveram nesta sessão a representar a Câmara Municipal, o Presidente, Dr. Joaquim José Cracel Viana, e os Vereadores Dra. Liliana Machado, Dr. António Afonso e Dr. António Cunha. Estiveram presentes os membros constantes do livro de presenças em uso nesta Assembleia, num total de trinta e quatro, tendo-se verificado as ausências justificadas dos senhores Presidentes de Junta de Freguesia do Campo do Gerês e da União das Freguesias de Chamoim e Vilar, sendo estes substituídos, nos termos da Lei, pelos secretários das respetivas Juntas de Freguesia, senhor Sérgio Ferraz e senhor Paulo Rodrigues, respetivamente. -----

----- A senhora deputada Sónia Coura justificou igualmente a sua ausência, não sendo, no entanto, substituída. -----

----- Comprovada a existência de "Quorum", o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, tendo, de seguida, o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, senhor Vítor Fernandes, comunicado aos presentes o teor da correspondência dirigida a este órgão desde a última sessão e colocado a mesma para eventual consulta. -----

----- De seguida, a ata da sessão anterior, realizada a vinte e nove de novembro de dois mil e treze, foi colocada à consideração dos presentes. -----

----- Sobre a mesma pediu a palavra o senhor deputado Agostinho Moura para solicitar a correção e alteração da sua intervenção na página quatro da mesma ata, relativamente à Biblioteca do Gerês, pois segundo o próprio e cita-se "nunca terá afirmado que esta nunca funcionou", fim de citação. -----

----- Ainda neste período, o deputado do Movimento Partido da Terra, senhor Manuel Joaquim de Sousa, interveio para referir que a documentação relativa às sessões desta Assembleia deveria ser enviada com mais antecedência, embora esta tenha sido, de facto, remetida dentro dos prazos legais, mas seria oportuno ter mais tempo para a analisar cuidadosamente. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as intervenções dos senhores deputados e após a correção solicitada pelo deputado Agostinho Moura, a ata supramencionada foi colocada à votação e aprovada por maioria, com duas abstenções. -----

----- Iniciado o período de antes da ordem do dia, interveio, em primeiro lugar, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta para comunicar a sua satisfação pela entrada em vigor do novo no horário da Câmara Municipal, nomeadamente à sexta-feira de tarde e questionou o senhor Presidente da Câmara se tal situação é para continuar. -----

----- A intervenção seguinte foi da autoria do senhor deputado Adriano Afonso para se

referir à questão da segurança rodoviária no concelho, mostrando a sua satisfação pela reconstrução de um talude de suporte à Estrada Nacional no lugar de Pesqueiras, freguesia de Moimenta, mas já no que diz respeito às situações em São Pantaleão e perto do lugar do Cavacadouro, mostrou a sua preocupação pela não resolução das mesmas, pois têm provocado constrangimentos ao trânsito e perigo para peões e automobilistas. -----

--- Prosseguindo a sua intervenção, o senhor deputado Adriano Afonso aludiu à rede dos trilhos municipais e de como estes representam a “alma do concelho”, sendo por isso importante a sua manutenção e sinalização. No que diz respeito às *Comemorações dos 500 anos do Foral de Terras de Bouro*, o senhor deputado sugeriu a “sinalização simbólica” de monumentos ou marcos históricos do concelho, com placas descritivas e alusivas à efeméride, dando como exemplo a Trincheira do Campo do Gerês ou os canhões do Museu da Geira. -----

--- Logo depois assumiu a palavra o deputado do Movimento Partido da Terra, senhor Manuel Joaquim de Sousa, que depois de cumprimentar os presentes, questionou o senhor Presidente da Câmara sobre os seguintes assuntos: o encerramento da Piscina Municipal e para quando a resolução dos seus problemas de funcionamento, já que se trata de um investimento avultado que urge rentabilizar e se irá ser ativada a garantia bancária para o efeito; sobre a Revista Informativa do Município referiu que a última edição saiu com muito atraso, algo que seria bom corrigir para a próxima edição; relativamente ao programa das rescisões amigáveis na função pública, se isso irá afetar ou não a autarquia; está a decorrer uma obra em Admeus de Cima com um forte impacto visual e gostaria de saber se há estudos de impacto ambiental sobre essa obra e implicações na rede de saneamento e água na zona; nas GOP 2014, há referência à revisão do PDM, para quando a sua concretização; a quatro meses da abertura da época balnear, qual o estado das praias fluviais, se estão previstas algumas intervenções de melhoramento e alguma medida para a questão do trânsito na praia do Alqueirão; também a época termal se avizinha e o senhor deputado demonstrou a sua preocupação sobre a limpeza das ruas na vila do Gerês; ainda na mesma localidade qual o ponto de situação relativamente às obras de requalificação; sobre o Parque da Vila em Terras de Bouro, há ou não alguma evolução; relativamente à empresa “Águas do Fastio”, há notícias de que a empresa se encontra em estado de insolvência, demonstrando a sua preocupação, o senhor deputado gostaria de saber se o Município irá tomar alguma medida ou alternativa para o

problema; quais as iniciativas das Comemorações dos 500 anos do Foral de Terras de Bouro; há ou não hipótese de criação de uma biblioteca e da casa de cultura em Moimenta; criação do Trilho dos Carris como algo que pode fomentar o desenvolvimento turístico, face às suas características especiais; concluiu, nesta fase, o senhor deputado Manuel Joaquim de Sousa a sua intervenção com uma alusão à reduzida sinalética na vila do Gerês, no que concerne à localização do Posto de Turismo daquela vila. -----

----- Seguidamente, assumiu a palavra o senhor deputado José Alberto Martins que perguntou ao senhor Presidente da Câmara Municipal qual o ponto de situação relativamente ao investimento do *Parque das Gordairas* ou *Parque da Vila* e ainda quais são as diligências do município sobre a PAC (*Política Agrícola Comum*) 2014-2020 e seu impacto em Terras de Bouro. -----

----- Posteriormente, interveio a senhora deputada Maria José Arantes para questionar se o evento *Gerês Romântico 2014* atingiu os objetivos propostos e se se pretende elaborar um plano cultural e artístico para Terras de Bouro. -----

----- A seguir interveio o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Souto, senhor Nuno Roupar, com a apresentação do documento que se transcreve na íntegra: -----

*“No dia 29 de setembro de 2013, fui eleito Presidente da Junta de Freguesia de Souto, pelos Soutenses que votaram na minha equipa, bem como nas nossas propostas, para este mandato de 2013 a 2017. Cumprindo com o proposto, iremos continuar a valorizar e a colocar as pessoas em primeiro lugar. E no âmbito da sua fixação, melhoraremos a sua qualidade de vida e bem-estar. Mas para que isso possa acontecer, esta Junta de Freguesia conta com a colaboração da autarquia. -----*

*----- Conforme reunião que tive com o Senhor Presidente da Câmara no dia 06 de novembro de 2013, ficou acordado que a Autarquia iria apoiar tecnicamente e financeiramente a Junta de Freguesia numa série de obras (algumas obras respeitantes ao ano de 2013, que ficaram por executar) e as obras mais pequenas poderiam ser solicitadas através de ofício dirigido ao Senhor Presidente. Senhor Presidente: de 20 de outubro de 2013 a 31 de janeiro de 2014, a Junta de Freguesia que represento encaminhou vários ofícios e ainda não obteve nenhuma resposta. Gostaria que me esclarecesse, pois, se já passaram mais de trinta dias sem resposta, estes são considerados deferidos? Ou devo formalizar novos pedidos? Desde outubro de 2013 a Junta de Freguesia teve despesas com as limpezas, com as intempéries que destruíram caminhos de calçada e com uma festa tradicional “O Magusto” muito importante para os nossos habitantes, pois, promovem a união e a freguesia. Senhor*

*Presidente: enviei ofícios a informá-lo dessas despesas e solicitei-lhe apoio financeiro, pediu-me uma relação das despesas realizadas, a qual já forneci. Pergunto, quando vamos receber esse apoio? Senhor Presidente: pergunto ainda, que medidas a Câmara Municipal está a preparar para a prevenção dos incêndios?'* Fim da intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Souto. -----

----- O senhor deputado Agostinho Moura protagonizou a intervenção seguinte e sublinhou a recente classificação do Gerês, pelo site turístico TRIVAGO, como o nono melhor destino turístico do mundo, na relação qualidade/preço. O senhor deputado congratulou-se com esse facto e perguntou se não seria de aproveitar esta publicidade feita um pouco por todo o lado. Também se combate a crise aproveitando da melhor maneira as nossas belezas naturais e adotando novas medidas na área em causa, pois, os últimos contactos que manteve com os empresários locais mostraram um certo desânimo que urge combater para relançar o turismo e a economia local. -----

----- A intervenção seguinte coube ao senhor deputado Alexandre Pereira e depois de cumprimentar todos os presentes, dirigiu-se ao senhor Presidente da Câmara para falar sobre a nova Lei das Autarquias Locais e frisou que as próprias autarquias e as populações devem resistir e tomar posições contra estas e outras medidas lesivas para as pessoas, aliás, à semelhança da referência que é feita na última ata, aquando da intervenção do senhor deputado Filipe Mota Pires sobre estas medidas, sublinhou. Só demonstrando oposição e indignação para com o poder político central se pode combater esta perda de direitos, tal como aconteceu com os CTT na vila do Gerês, insistiu o senhor deputado. -----

----- Prossequindo, o senhor deputado Alexandre Pereira falou sobre a sua presença numa reunião em Braga, no âmbito da Proteção Civil Distrital, como representante da Comissão de Baldios de Vilar da Veiga, tendo sido informado que o Município de Terras de Bouro ainda não tinha apresentado o Plano Municipal de Combate e Prevenção de Incêndios, e questiona agora os motivos desta situação. -----

----- Concluindo nesta fase, o senhor deputado Alexandre Pereira referiu a concessão de uma loja no CAT Gerês, indagando o porquê da opção tomada para a referida concessão sem concurso público -----

----- Por último, no período de antes da ordem do dia, interveio o senhor deputado Filipe Mota Pires, começando por cumprimentar todos os membros da Assembleia Municipal e o público presente, o que comprova a importância da itinerância deste órgão autárquico. -----

----- Prossequindo, o senhor deputado Filipe Mota Pires agradeceu a referência do senhor deputado Alexandre Pereira sobre a sua intervenção na última sessão e, precisamente sobre mais uma medida lesiva das populações em geral e dos terrabourenses em particular, abordou o novo mapa judiciário que o Governo quer implementar e de como isso, com os encerramentos previstos, vai afetar Terras de Bouro, obrigando as pessoas a ter que realizar deslocações inoportáveis para resolver os seus problemas judiciais. A justiça é fundamental e um serviço essencial de todos e para todos num estado democrático, sublinhou, realçando também o estado caótico de alguns serviços públicos, já que não têm capacidade de intervenção devido às dificuldades financeiras que atravessam, obrigando assim as autarquias a uma exigência e sacrifícios ainda maiores. O melhor e recente exemplo, continuou, foi a paragem forçada dos serviços do ICNF/PNPG durante uma semana por falta de combustível. Tais situações, concluiu o senhor deputado Filipe Mota Pires, representam uma inoperância lamentável dos serviços públicos da competência do governo e provocam um acréscimo das despesas para as câmaras municipais, uma vez que são o poder mais próximo das populações e aquele que neste momento se preocupa com a resolução dos problemas das mesmas. -----

----- Após estas intervenções dos senhores deputados municipais, o senhor Presidente da Câmara Municipal iniciou o período de respostas e esclarecimentos, e começando por se referir à intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta, afirmou ser o regime das quarenta horas de trabalho semanal uma imposição deste governo, sendo que, no Município de Terras de Bouro e depois da providência cautelar que estabeleceu temporariamente o horário das trinta e cinco horas, o tribunal notificou o Município da sua decisão e após uma reunião havida sobre o tema com os restantes membros da CIM Cávado, definiu-se o horário laboral das quarenta horas semanais. O senhor Presidente informou que poderá existir ainda a possibilidade de se voltar às trinta e cinco horas de trabalho semanal, mas é certo que o Município não voltará a fechar à sexta-feira de tarde. -----

----- A respeito das derrocadas e limitações ao trânsito em dois locais das *Estradas Nacionais 205-3 e 307*, apresentadas pelo senhor deputado Adriano Afonso, o senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a resolução dessas duas situações são da responsabilidade da Delegação Regional de Braga das Estradas de Portugal e que é manifestamente impossível o Município acorrer e resolver todas as situações com a prontidão que gostaria. Há que ter meios e fundos disponíveis, estabelecer prioridades e, sempre que necessário, comunicar às "Estradas de Portugal" as

intervenções que são da sua responsabilidade. Mais informou o senhor Presidente que através de contactos entretanto mantidos com a senhora Diretora da Delegação das Estradas de Portugal do distrito de Braga, esta evidenciou o seu desejo e empenho de resolver os problemas o mais breve possível uma vez que se tratam de situações a exigir soluções rápidas. Para o senhor Presidente, o atraso na resolução destas situações é mais um exemplo das dificuldades e restrições financeiras por que passam muitas instituições e serviços públicos. Sobre a sinalização dos trilhos pedestres, o Sr. Presidente informou que esta está a ser melhorada dentro do possível, contando com a colaboração da Associação Gerês Viver Turismo no âmbito de um protocolo celebrado entre a autarquia e esta associação, e quanto à sinalização dos locais ou marcos históricos do concelho, no âmbito das *Comemorações dos 500 anos do Foral Manuelino de Terras de Bouro*, é uma proposta a considerar. -----

----- De seguida e para responder ao senhor deputado Manuel Joaquim de Sousa, o senhor Presidente disse que, relativamente à intervenção na piscina municipal, não foi preciso acionar a garantia bancária, uma vez que a empresa construtora assumiu a regularização das falhas de construção e está a proceder à correção e reparação das mesmas, mas não há ainda uma data prevista para a reabertura da piscina, estando, de momento, em pleno funcionamento apenas o ginásio no mesmo edifício. Sobre as rescisões amigáveis na função pública, o senhor Presidente da Câmara afirmou que não há informações sobre essa matéria para as autarquias locais e, por isso, não está em condições de prever qualquer impacto dessa medida. A este respeito, o senhor Presidente da Câmara Municipal disse também que tudo fará para que nenhum funcionário perca o seu emprego face à calamitosa situação social que o país atravessa. Relativamente à questão da construção de duas moradias no lugar de Admeus de Cima, trata-se de uma obra devidamente licenciada pela Câmara Municipal uma vez que respeita as normas em vigor no PDM. Não houve qualquer estudo de impacto ambiental pois esse estudo não é solicitado pelos serviços técnicos do Município quando se trata de construção de moradias. A propósito da construção de habitações ou moradias em Terras de Bouro, o senhor Presidente salientou uma certa inconsistência na atitude das pessoas em relação a este assunto, porque por um lado lamentam que a Câmara Municipal não permita mais construções, mesmo que sejam em áreas proibidas pelos planos de ordenamento do território e, quando se permite a construção, há quem se manifeste contra ou preocupado. Sobre a revisão do atual PDM, em breve será apresentada uma proposta para discussão pública, mas

também é um facto que o futuro PDM não será a “tábua de salvação” para a construção em Terras de Bouro, pois continuará a ser impossível utilizar para edificação os terrenos das reservas agrícola e ecológica. Assim, grande parte da área do concelho continuará vedada à construção. No que diz respeito à questão das praias fluviais, têm sido realizadas requalificações e limpezas dos espaços, nomeadamente no Alqueirão, onde a grande afluência de trânsito é realmente complicada de resolver, uma vez que não há área suficiente para se solucionar o estacionamento. De qualquer modo, salientou o senhor Presidente, será preferível ter muitos turistas mesmo que isso provoque fortes condicionalismos no fluxo rodoviário. A limpeza na vila do Gerês, outro assunto abordado pelo senhor deputado Manuel Sousa, já está a ser levada a cabo pelo Município em conjunto com a Junta de Freguesia de Vilar da Veiga e na mesma vila o projeto de requalificação de alguns espaços públicos está prestes a entrar em concurso público para a sua adjudicação, que prevê um investimento de cerca de quatrocentos mil euros. Continuando e sobre o Parque da Vila, na sede do concelho, é um investimento para concretizar se o PO Regional – ON2 assim o possibilitar, dando conta o senhor Presidente da Câmara Municipal de uma reunião na CCDRN, precisamente esta semana, tendo em vista a aprovação definitiva do projeto. Ainda sobre a intervenção do senhor deputado Manuel Sousa, relativa à empresa Águas do Fastio, o senhor Presidente demonstrou, igualmente, a sua preocupação e informou que já reuniu com os representantes dos trabalhadores e com responsáveis da direção daquela empresa e julga que os problemas financeiros estão em vias de ser ultrapassados. Quanto às iniciativas das *Comemorações dos 500 anos do Foral Manuelino de Terras de Bouro*, o senhor Presidente informou que estão previstas várias atividades culturais, festas populares, construção de um monumento comemorativo e publicação de dois ou três livros sobre o Foral Manuelino e sobre o concelho. No que concerne à proposta de criação de uma biblioteca e casa da cultura na vila de Terras de Bouro, o senhor Presidente referiu que o Município não está em condições financeiras para construir esses equipamentos de raiz, mas salientou que o Centro Municipal de Valências de Apoio à Comunidade, a funcionar na antiga escola primária da sede do concelho e no Centro de Animação Turística do Gerês, já dá respostas e presta serviços muito importantes nos domínios da leitura e da cultura. Sobre a criação do trilho dos Carris, o senhor Presidente informou que o ICNF não autoriza a criação de um trilho de acesso livre aos Carris por se situar dentro de uma área de proteção total do PNPG. Por último e para responder a todas as questões colocadas pelo senhor deputado Manuel Sousa, o senhor Presidente lembrou que o

Posto de Turismo do Gerês está, de há três anos a esta parte, situado mesmo à entrada da avenida principal do Gerês, devidamente sinalizado, mas concordou que é sempre possível melhorar a sua sinalização. -----

----- Prossequindo, o senhor Presidente da Câmara passou a responder à intervenção do senhor deputado José Alberto Martins sobre a *PAC 2014 – 2020*, tendo informado que os programas de financiamento à agricultura portuguesa ainda estão a ser discutidos na Comissão Europeia, mas não serão muito diferentes dos atuais programas durante os anos de 2014 e 2105, sendo que o Município, como tem feito nos últimos anos, apoiará os agricultores, através do Gabinete de Apoio ao Agricultor e do Gabinete de Gestão de Fundos Comunitários, a apresentarem as suas candidaturas para obtenção de apoios financeiros, pois a agricultura é um setor económico importantíssimo para Terras de Bouro. -----

----- De seguida e sobre a questão da senhora deputada Maria José Arantes, o senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que o evento *Gerês Romântico* ficou um pouco aquém das expetativas, devido ao mau tempo, mas, ainda assim, registaram-se doze inscrições de casais e sobre a publicação de uma agenda cultural do Município, no final desta sessão irá ser entregue um programa cultural para este ano e um roteiro das *Comemorações dos 500 anos do Foral de Terras de Bouro*. -----

----- No que diz respeito à intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Souto, o senhor Presidente comunicou que os ofícios da Junta ainda não tiveram resposta, porque até ao momento nenhuma Junta de Freguesia obteve respostas para os seus ofícios e pedidos, já por isso, hoje a ordem de trabalhos contempla a resolução destas e outras questões com a nova definição de competências e regulamentação entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, de acordo com o novo Regime Jurídico das Autarquias Locais, pois passou a ser competência da Assembleia Municipal a aprovação dos apoios a conceder às Juntas de Freguesia. Sobre a prevenção dos incêndios, o Plano Operacional Municipal está a ser ultimado e tem sido dado o apoio essencial aos bombeiros e aos sapadores florestais sempre que tal é necessário, não sendo da responsabilidade do Município os problemas que o governo tem tido nesta matéria, como a falta de meios, sublinhou o senhor Presidente da Câmara. -----

----- Posteriormente e já sobre a intervenção do senhor deputado Agostinho Moura, o senhor Presidente da Câmara Municipal também ficou satisfeito com a recente classificação do Gerês, pelo site TRIVAGO, como o nono destino turístico preferencial

na relação preço/qualidade e realçou que o Município tudo fará para que tal situação seja mais uma vantagem ou benefício para a projeção turística do Gerês. -----

----- Relativamente às declarações e questões do senhor deputado Alexandre Pereira, o senhor Presidente reiterou que as medidas do atual governo da nação visam sobretudo metas economicistas e não de preocupação social. Governa-se apenas e só para o défice, constatando-se, inclusive, que deixou de haver PIDDAC, há obras estruturantes, como o Túnel do Marão, que estão paradas, as populações são abandonadas e perdem direitos na saúde, na educação, nos serviços como os CTT, o ICNF e outros organismos do estado não têm meios financeiros para executar as suas funções, etc. Prosseguindo, o senhor Presidente informou que em dois mil e nove, o Município de Terras de Bouro recebeu do Orçamento Geral do Estado, 5.866.686 euros; em dois mil e dez, recebeu 5.957,989 euros; em dois mil e onze, recebeu 5.699,000 euros; em dois mil e doze, recebeu 5.417,000 euros; em dois mil e treze, recebeu 5.414,000 euros e em dois mil e catorze irá receber 5.228, 000 euros, o que significa que Terras de Bouro cada vez recebe menos, perdendo, em média, 180.000,000 euros por ano. Assim, continuou o senhor Presidente da Câmara Municipal, concorda com o senhor deputado Alexandre Pereira sobre a necessidade de se protestar com veemência, pois há que fazer chegar a quem governa o país ou tem responsabilidades no rumo que o país está a levar, como o senhor Presidente da República e o Parlamento, a indignação de quem perde direitos consagrados e se vê cada vez mais abandonado. Já no que diz respeito à loja atribuída no CAT do Gerês sem concurso público, o senhor Presidente informou que se tratou de uma permuta de espaços com um comerciante já aí instalado e não de uma nova concessão a um novo comerciante. -----

----- Sobre a última intervenção dos senhores deputados, no caso do senhor deputado Filipe Mota Pires, o senhor Presidente da Câmara demonstrou a sua concordância com as palavras do senhor deputado, no que classificou de empobrecimento sistemático das Instituições e do funcionalismo público que demonstram toda a sua incapacidade face à falta de fundos e de meios, resultantes de uma política de cortes cegos e de desinvestimento nos serviços públicos. Aquilo que o governo está a fazer com os tribunais e se prepara para fazer noutras áreas e serviços, como as repartições de Finanças, será uma espécie de antecâmara do aniquilamento que se pretende fazer às autarquias locais, isto é, esvaziá-las de serviços e de meios financeiros de forma a provocar e a precipitar o seu fim. -----

----- Seguiu-se a abertura, pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, do período reservado às eventuais intervenções do público presente, registando-se as inscrições das senhoras Teresa Pereira e Susana Carvalho e ainda dos senhores Álvaro Oliveira e Paulo Sousa. -----

----- A senhora Teresa Pereira, de Vilar da Veiga, assumiu a palavra para questionar o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre uma obra que está a ser feita em Admeus de Cima, nomeadamente, se a Câmara Municipal teria ou não algum parecer do Ministério do Ambiente sobre a obra em questão, dada a sua envergadura e impacto. Relativamente à Biblioteca Temática do Gerês porque é que não funciona, talvez por não ter funcionários, algo que não aconteceria se a própria não tivesse sido despedida pelo atual executivo municipal em permanência, após sete anos de trabalho para a autarquia. Referiu ainda o desperdício de fundos comunitários destinados ao Município, como é o caso do projeto do *Natur Parque* que, segundo parece, já não se irá concretizar. -----

----- Seguidamente interveio a senhora Susana Carvalho, de Vilar da Veiga, para questionar o senhor Presidente da Câmara sobre uma loja do CAT do Gerês e que, segundo a mesma, lhe teria sido prometida para o seu filho e no entanto foi entregue a outra pessoa sem qualquer concurso. -----

----- Logo após, o senhor Álvaro Oliveira, também de Vilar da Veiga, usou da palavra para falar da Loja da Cruz Vermelha, no CAT Gerês, e que teria sido entregue àquela instituição para obtenção de receitas, mas, no entanto, está a maior parte do tempo encerrada. Seria importante averiguar esta situação, pois se a loja está encerrada não está a cumprir o objetivo da sua atribuição e, por isso, deve ser desativada. Sobre as obras de requalificação hoje anunciadas para a vila do Gerês, o senhor Álvaro Oliveira demonstrou alguma preocupação, que deve ser extensível aos hoteleiros da vila pelo início da intervenção que poderá coincidir com a época alta, o que não é bom. É um facto, continuou, que a vila está encurralada, não tem muito por onde crescer e seria importante revitalizar os espaços que existem, como a Colunata, na sua opinião o espaço mais nobre da vila e que deveria ter as suas galerias e lojas revitalizadas. Outras questões ou propostas colocadas pelo Sr. Álvaro Oliveira foram as seguintes: a construção de uma capela ou casa mortuária no Gerês, a limpeza da zona ribeirinha e a construção de um ou mais açudes no rio Gerês de forma a melhorar o aspeto da vila termal do Gerês. -----



----- Por último e do público presente, o senhor Paulo Sousa, residente na vila de Terras de Bouro, assumiu a palavra para em nome da delegação da Cruz Vermelha de Terras de Bouro perguntar ao senhor Presidente da Câmara se não será possível responder ao pedido de apoio que foi feito há alguns anos para a aquisição de uma nova ambulância. A Instituição passa por dificuldades financeiras, tem quatro funcionários e será fundamental a concessão de um apoio por parte do Município. -----

----- Na sequência das intervenções do público, o senhor Presidente da Câmara Municipal iniciou o período de respostas e esclarecimentos. Relativamente à intervenção da senhora Teresa Pereira, referiu que a obra em questão, situada em Admeus de Cima, não carece de nenhum parecer do Ministério do Ambiente. A Câmara Municipal aprovou a obra, como já foi referido nesta sessão aquando do pedido de esclarecimento apresentado pelo senhor deputado Manuel Sousa sobre o mesmo assunto. Sobre a sua situação profissional durante cerca de sete anos ao serviço da autarquia, o senhor Presidente respondeu não perceber como é que esteve sete anos a trabalhar para o Município e não foi admitida no quadro do pessoal, numa altura em que era fácil tal integração, esclarecendo que o atual executivo em permanência não deu continuidade ao seu contrato de trabalho por ser a termo certo. Já quanto ao alegado desperdício de fundos comunitários destinados ao Município, o Sr. Presidente salientou que não corresponde à verdade, pois o Município de Terras de Bouro é o município da CIM do Cávado com a melhor taxa de execução (98%) e se o projeto do Parque da Vila de Terras de Bouro vier a ser concretizado, a taxa de execução global final dos fundos comunitários andarà entre os 95% e os 100%. O projeto *Natur Parque* não foi abandonado, mas reformulado, e continua em execução, tendo sido já criado o trilho da Grande Rota da Serra Amarela e está em curso a intervenção na estrutura de betão existente na margem esquerda da albufeira de Vilarinho da Furna, destinada a um centro interpretativo da Serra Amarela e de Vilarinho da Furna, obra adjudicada a uma empresa de Terras de Bouro, o que contribui para a dinamização da economia local. -----

----- Sobre a intervenção da senhora Susana Carvalho, o senhor Presidente da Câmara esclareceu, como já tinha feito anteriormente, que a loja em questão foi legalmente entregue a um comerciante já instalado no CAT do Gerês, por troca, e aconselhou a própria a apresentar uma exposição para análise posterior. -----

----- O senhor Presidente da Câmara, referindo-se à intervenção do senhor Álvaro Oliveira, afirmou que a revitalização da Colunata e das lojas que a constituem deverá ser feita pela Empresa das Águas, proprietária daquele espaço. Quanto à intervenção

na zona ribeirinha, além da limpeza, irão ser construídos passeios, à semelhança do que irá ser feito também na Rua Miguel Torga. Todas as intervenções terão a preocupação de não dificultar ou prejudicar as atividades próprias da época alta do Gerês. Por último, no que diz respeito à casa mortuária no Gerês, o assunto irá ser tratado com a Junta de Freguesia de Vilar da Veiga. -----

----- Quanto à intervenção do senhor Paulo Sousa, o senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o Município apoia de igual forma as três delegações da Cruz Vermelha existentes no concelho de Terras de Bouro, atribuindo 500,00 euros por mês a cada Delegação. O pedido para a aquisição de uma nova ambulância pela Delegação da Cruz Vermelha da sede do concelho merecerá a melhor atenção por parte do executivo municipal logo que seja possível, garantiu o Sr. Presidente. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou a Ordem de Trabalhos desta sessão, da qual constam os seguintes pontos: -----

----- **Ponto um: Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea e) do número um, do artigo cinquenta e três, do decreto-lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de setembro;** -----

----- **Ponto dois: Análise e votação do Projeto de Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho não sedentária exercida por feirantes e vendedores ambulantes, bem como do regime aplicável às feiras e aos recintos onde as mesmas se realizam na área do Município de Terras de Bouro;** -----

----- **Ponto três: Análise e votação do Projeto de Regulamento do Conselho Municipal da Juventude;** -----

----- **Ponto quatro: Análise e votação de subscrição de compromisso ambiental – Pacto de Autarcas;** -----

----- **Ponto cinco: Análise e votação da nomeação do Revisor Oficial de Contas;** --

----- **Ponto seis: Análise e votação de ratificação da decisão do Executivo Municipal no âmbito da Proteção Civil (transferência para as Juntas de Freguesia);** -----

----- **Ponto sete: Análise e votação de Proposta de Acordos de Execução de Delegação de Transferências para as Juntas de Freguesia;** -----

----- **Ponto oito: Análise e votação de Proposta de Formas de Apoio às Juntas de Freguesia;** -----

**----- Ponto nove: Análise e votação de Proposta de Regularização Extraordinária de Dívidas ao Município de Terras de Bouro. -----**

----- Dando cumprimento ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente da Câmara fez a apresentação da situação económica e financeira do Município, apresentando também as atividades referentes a cada unidade orgânica. ---

----- Referiu então que o valor da despesa efetuada até ao dia vinte e um de fevereiro, em operações orçamentais foi de um milhão, duzentos e quarenta mil, trezentos e trinta e oito euros e quarenta e quatro cêntimos e em operações de tesouraria foi de cinquenta e cinco mil, novecentos e trinta euros e quinze cêntimos. Já quanto ao saldo existente até à mesma data, em operações orçamentais o valor era de oitenta mil, novecentos e quarenta e dois euros e vinte e um cêntimos e em operações de tesouraria era de quatrocentos cinquenta e cinco mil, novecentos e vinte e três mil e noventa e um cêntimos. Continuando e ainda sobre a atividade recente do Município, o senhor Presidente referiu: a realização do evento “Moda em Movimento”; a exposição do Presépio na Praça do Município; a promoção do concelho na 4.ª Montra Nacional da Alfândega do Porto; a discussão da Carta de Desporto do PNPG; a entrega das prendas de Natal; o XV Encontro de Cantares de Natal e Reis; a requalificação de várias vias municipais e a construção de ramais de saneamento em alguns locais do concelho. -----

---- Colocado o primeiro ponto da ordem de trabalhos à consideração da Assembleia, não se registaram intervenções. -----

----- Posteriormente e já sobre o segundo ponto, o senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o mesmo e passou de imediato a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que comunicou aos membros da Assembleia Municipal a necessidade legal de apresentação do projeto de regulamento em causa para aplicação no concelho sobre a venda de produtos. -----

----- Sobre este ponto, pediu a palavra o senhor deputado Alexandre Pereira para perguntar se um agricultor pode vender os seus produtos num local específico. -----

----- Também relativamente ao segundo ponto da ordem de trabalhos, interveio o senhor deputado Filipe Mota Pires, questionando se a situação dos vendedores de S. Bento da Porta Aberta está contemplada e desde logo salvaguardada com este regulamento. -----

----- De igual forma, o senhor deputado Manuel Cerqueira abordou a questão, dizendo que já existe um regulamento para vendedores ambulantes que é agora acrescido de algumas situações não contempladas no regulamento anterior. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal retomou a palavra para responder que há uma autorização municipal para a venda dos produtos dos agricultores locais, que é concedida sem grandes exigências e sem pagamento de taxa, e, com efeito, o novo regulamento contempla os vendedores de S. Bento da Porta Aberta. -----

---- Sendo colocado à votação, foi o segundo ponto da ordem de trabalhos aprovado por unanimidade. -----

----- Logo de seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o terceiro ponto da ordem de trabalhos: “Projeto de Regulamento do Conselho Municipal da Juventude”. -----

----- O senhor Presidente da Câmara interveio novamente e sobre este último assunto justificou também a sua apresentação pela imposição legal de o Município ter um órgão que ouça e acompanhe os munícipes mais jovens. -----

----- Aberto o período de inscrições, pediu a palavra o senhor deputado Alexandre Pereira para questionar se já estão definidos os participantes no órgão. -----

----- A esta questão respondeu de imediato o senhor Presidente da Câmara Municipal para informar que já estão definidos os representantes das várias instituições conforme está estipulado na lei e no presente regulamento. -----

----- Colocado à votação, o terceiro ponto da ordem de trabalhos foi, igualmente, aprovado por unanimidade. -----

----- Prosseguiu logo depois a sessão com a apresentação pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal do quarto ponto, “Subscrição de compromisso ambiental - Pacto de Autarcas”. -----

----- Para explicar a apresentação deste quarto ponto, o senhor Presidente da Câmara comunicou logo de seguida aos senhores deputados que tal Pacto resulta da necessidade do Município subscrever o cumprimento das regras de proteção do ambiente e de eficiência energética, compromisso importante para as candidaturas ao novo quadro comunitário de apoios financeiros entre 2014 – 2020. -----

----- Aberto o período de inscrições, pediu a palavra o senhor deputado Manuel Joaquim de Sousa para perguntar se há financiamento para projetos de carácter ambiental. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu de imediato para informar que o próximo quadro comunitário de apoio valorizará e apoiará projetos de carácter ambiental. Esses projetos fazem parte de um dos objetivos temáticos do próximo quadro económico comunitário. -----

----- Colocado à votação, o quarto ponto da ordem de trabalhos foi, igualmente, aprovado por unanimidade. -----

----- Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou e colocou também à consideração o quinto ponto da ordem de trabalhos, “nomeação do Revisor Oficial de Contas”. -----

----- O senhor Presidente da Câmara interveio novamente e sobre este quinto ponto esclareceu que, de acordo com o novo Regime Jurídico das Autarquias Locais, todos os municípios têm de ter um técnico/empresa oficial a desempenhar as funções de revisão e certificação formal das contas e há assim a necessidade de contratar uma sociedade especializada para o efeito, tendo em vista a emissão de um parecer externo que assumirá essa responsabilidade perante o Tribunal de Contas. -----

----- Aberto o período de inscrições, não se registaram intervenções e colocado à consideração, o quinto ponto da ordem de trabalhos foi aprovado por unanimidade. ----

---- O sexto ponto “ratificação da decisão do Executivo Municipal no âmbito da Proteção Civil (transferência para as Juntas de Freguesia)”, foi apresentado de seguida pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal que passou o uso da palavra sobre esta temática ao senhor Presidente da Câmara que referiu que depois da aprovação da medida em reunião do executivo, há agora a necessidade de submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o novo Regime Jurídico das Autarquias Locais (Lei n.º 75/2013. D.R. n.º 176, Série I, de 2013-09-12). -----

----- Aberto o período de inscrições, pediu a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Souto para dizer que na sua anterior intervenção falou também das intempéries que assolaram a sua freguesia e não só das festas que se realizaram, isto para justificar os seus pedidos de apoio. -----

----- O senhor deputado Manuel Joaquim de Sousa pediu igualmente a palavra para questionar o senhor Presidente da Câmara sobre o fundamento dos montantes financeiros apresentados neste ponto da ordem de trabalhos. -----

----- Igual questão foi colocada seguidamente ao senhor Presidente da Câmara Municipal pelo senhor deputado Manuel Cerqueira, que alertou também para o controlo efetuado pelo Tribunal de Contas relativamente a estas transferências. -----

----- Sobre estas intervenções, o senhor Presidente da Câmara voltou a intervir para esclarecer que as transferências de meios financeiros para as Juntas de Freguesia são legais desde que devidamente autorizadas pela Assembleia Municipal. -----

----- Colocado à votação de seguida, o sexto ponto da ordem de trabalhos foi aprovado por maioria, com sete abstenções, da Coligação PSD-CDS, do deputado do

Movimento Partido da Terra, do senhor presidente da Junta de Freguesia de Souto e da senhora Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira. -----

----- Prosseguindo, o sétimo ponto da ordem de trabalhos foi colocado à consideração pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e relativamente à “Proposta de Acordos de Execução de Delegação de Transferências para as Juntas de Freguesia” o senhor Presidente da Câmara referiu que esta proposta é uma exigência do novo Regime Jurídico das Autarquias Locais e que a mesma já foi abordado numa reunião com os senhores presidentes das Juntas de Freguesia. -----

----- Aberto o período de inscrições, pediu a palavra o senhor Presidente da União de Freguesias de Chorense e Monte para dizer que, na sua opinião, o facto de constar nos Protocolos que tem que existir uma faturação organizada por trimestre das despesas da cada Junta de Freguesia que justifiquem a transferência de verbas por parte do Município pode complicar ou dificultar a concretização de algumas atividades, sobretudo de limpezas e manutenção de espaços públicos. -----

----- Precisamente sobre este último aspeto, o senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra para referir que é fundamental que esta faturação trimestral seja cumprida, apresentada e inserida nas contas de cada freguesia, face ao cruzamento de dados e controle efetuado por parte da Inspeção Geral de Finanças. Com efeito, se não existir esta apresentação de dados contabilísticos, as Finanças podem ordenar inspeções às contas do Município e das Juntas de Freguesia, finalizou o senhor Presidente da Câmara. -----

----- Colocado à votação de seguida, o sétimo ponto da ordem de trabalhos foi aprovado por unanimidade. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o oitavo ponto “Proposta de Formas de Apoio às Juntas de Freguesia” e concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que afirmou ser imperativo, em função da aplicação da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro – que aprova o novo Regime Jurídico das Autarquias Locais – e seus considerandos, a disponibilidade da autarquia para transferir para as Juntas de Freguesia os respetivos meios financeiros e humanos que alicersem o seu normal funcionamento, sendo que a realização de investimentos de pequena dimensão terá um limite anual de 150.000,00 euros por freguesia. -----

----- Colocado à votação de seguida e como não existiu qualquer intervenção, o oitavo ponto da ordem de trabalhos foi aprovado por unanimidade. -----

----- Por último, o nono ponto, “Proposta de Regularização Extraordinária de Dívidas ao Município de Terras de Bouro” e depois do procedimento habitual, o senhor Presidente da Câmara interveio novamente para comunicar que no passado mês de outubro de 2013, o Governo aprovou um regime excecional e temporário de regularização de dívidas fiscais e à Segurança Social, permitindo a dispensa do pagamento dos juros de mora, dos juros compensatórios e das custas administrativas e a redução significativa das coimas nos casos de pagamento das dívidas até 20 de dezembro de 2013. Assim, continuou o senhor Presidente, respeitando estas considerações, o que se propõe é a criação de um Programa de Regularização extraordinária de dívidas ao Município de Terras de Bouro que, além do atrás referido, incluirá a possibilidade de pagamento de dívidas em prestações, em função do valor em causa, assim como o vencimento imediato de prestações em falta se falhar o pagamento da prestação em causa até à data prevista, além da possibilidade de início de um processo de execução fiscal perante a não regularização da situação nos prazos legais. -----

----- Aberto o período de inscrições sobre o último ponto, pediu a palavra o senhor deputado Adriano Afonso para dizer que devem existir prestações mínimas estipuladas no programa. -----

---- Sobre o mesmo assunto, interveio o senhor deputado Manuel Joaquim de Sousa para alertar que ao fim de seis meses as dívidas fiscais em causa prescrevem, devendo esta situação ser salvaguardada. -----

----- De igual forma, usou da palavra o senhor deputado Manuel Cerqueira para questionar se o programa em causa também se aplica a bens imóveis do município. ---

---- Relativamente a esta última questão, o senhor Presidente da Câmara respondeu de imediato e afirmativamente. -----

---- Finalmente, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o nono ponto da ordem de trabalhos que foi aprovado por maioria com um voto contra, do representante do Movimento do Partido da Terra. -----

----- E nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, eram 24:00 horas, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente e por mim que a secretariei. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

Guilherme José Coelho Alves

O secretário da Assembleia Municipal

[Handwritten Signature]